

Cerimônia de Abertura

A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde promoveu, entre 22 e 24 de outubro, o evento *Pesquisa para Saúde: desenvolvimento e inovação para o SUS*, cuja abertura aconteceu na noite de 22 de outubro, após a realização de 14 reuniões pré-evento, concomitantes, durante o dia. Estiveram presentes na cerimônia de abertura gestores da saúde e da ciência e tecnologia, pesquisadores, representantes da indústria farmacêutica e parlamentares.

A mesa foi composta pelos ministros da Saúde, José Gomes Temporão e o da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende; o Secretário de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos, Reinaldo Guimarães; o Secretário de Saúde do Distrito Federal, José Geraldo Maciel; o representante da Opas-OMS, Diego Victoria; o presidente do Conasems, Helvécio Miranda Magalhães Júnior; e o representante do Conass, Jurandi Frutuoso Silva.

Reinaldo Guimarães abriu a cerimônia lembrando a reunião ocorrida em novembro de 2003, onde aconteceu a primeira discussão sobre a Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde e a Política Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação em Saúde, chanceladas posteriormente na 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde. O Secretário destacou as novas atribuições do Departamento de Economia da Saúde (DES), que, em breve, deverá assumir o nome de Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde. Reinaldo destacou o desafio de fortalecer a atuação do Ministério junto a esse setor.

Em seguida, o Ministro Sérgio Rezende ressaltou que a saúde é área estratégica do plano plurianual do Ministério da Ciência e Tecnologia, e lembrou a intensa relação entre a área da saúde e da ciência e tecnologia. “O SUS, em si, já é uma grande inovação”, destacou. Ele elogiou o trabalho desenvolvido pelo Ministério da Saúde na área de ciência, tecnologia e inovação em saúde e a parceria existente entre os dois ministérios.

O ministro José Gomes Temporão também destacou a renovação do acordo de cooperação técnica com o Ministério da Ciência e Tecnologia, e enalteceu o trabalho das FAPs e das Secretarias de Saúde e de Ciência e Tecnologia nos estados, mencionando o número de projetos de pesquisa (mais de dois mil) que já foram financiados a partir dessas parcerias, desde 2003.

Temporão ressaltou que o *Pesquisa para Saúde* proporcionará a revisão da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde, propondo os ajustes necessários para a formulação de uma nova Agenda para os próximos anos e destacou a importância da

participação de representantes dos setores produtivos da saúde no evento, contribuindo nas discussões com um olhar crítico sobre a atuação do Ministério da Saúde na área de ciência, tecnologia e inovação. Ele comentou as perdas que o país sofreu na década de 90 no complexo industrial da saúde, como a extinção da Central de Medicamentos (CEME), e encerrou sua fala reiterando o desejo de que o quantitativo de patentes produzidas no Brasil seja similar à crescente produção acadêmica.



Da esquerda para a direita, Helvécio Magalhães, Diego Victoria, Sérgio Rezende, José Temporão, José Maciel, Reinaldo Guimarães e Jurandi Frutuoso

Prêmio de Incentivo em Ciência e Tecnologia para o SUS – 2007

Durante a solenidade de abertura também foi anunciado o resultado do *Prêmio de Incentivo em Ciência e Tecnologia para o SUS – 2007*, nas suas quatro categorias: Tese de Doutorado, Dissertação de Mestrado, Trabalho Publicado e Monografia de Especialização ou Residência.

Neste ano, 335 candidatos concorreram ao Prêmio, nas quatro categorias. Além do prêmio principal, cada categoria conta com cinco menções honrosas, totalizando 24 contemplados.

Na categoria Doutorado, Luciana Dias de Lima, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, foi premiada pelo trabalho *Federalismo, relações fiscais, e financiamentos do SUS: a distribuição de receitas vinculadas à saúde nos orçamentos municipais e estaduais*.

Já na categoria Mestrado, o premiado foi José Lamartine Soares Sobrinho, da Universidade Federal de Pernambuco, com o trabalho *Sistemas de Vetorização de Fármaco para Comprimidos de Liberação Clássica e Prolongada a Base de Benznidazol*.

O trabalho *Hidrogel para Tratamento de Feridas*, de Mariana

Donato Pirrone, Carlos José Miranda Victório e Juliana da Silva Ximenes, da Universidade Federal Fluminense, recebeu o prêmio na categoria Monografia de Especialização.

Mitermayer G. Reis representou o grupo de autores do artigo *Proteínas Ligs como Marcador de Leptospirose Aguda*, publicado pelo *Journal of Clinical Microbiology*, vencedor do prêmio na categoria Trabalho Publicado.

O *Prêmio de Incentivo em Ciência e Tecnologia para o SUS*, criado em 2002, tem por objetivo estimular a produção científica e identificar pesquisas em saúde que possam contribuir para a efetiva consolidação do Sistema Único de Saúde.



Momentos da premiação

II Seminário de Gestão de Tecnologias em Saúde

O Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit), da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, é membro da *International Network of Agencies for Health Technology Assessment* (INAHTA), rede internacional de Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS). No entanto, ainda não existe, no Brasil, uma rede nacional nessa área.

Nesse sentido, com o objetivo de promover um intercâmbio de experiências internacionais que possam auxiliar na estruturação da Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde (Rebrats), foi realizado o *II Seminário de Gestão de Tecnologias em Saúde*, que contou com a participação de expressivas redes internacionais.

“É importante aprendermos com os erros e acertos dessas experiências internacionais. A formação da primeira rede brasileira de ATS será possível graças à vontade política dos gestores municipais e estaduais bem como à capacidade das instituições brasileiras de ensino” – declarou Flávia

Tavares Elias, coordenadora de Avaliação de Tecnologias em Saúde do Decit.

Foi consenso entre os participantes do Seminário a necessidade da estruturação da Rebrats e, portanto, a implementação da Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde

(PNGTS) se faz prioritária. Outro ponto destacado foi que a avaliação de tecnologias em saúde deve ser baseada em evidências, considerando os contextos locais.

A experiência da *Agencia de Evaluación de Tecnologias Sanitarias del Instituto Carlos III*, de Madrid, Espanha, foi apresentada por Antonio Sarria. A Rede engloba todas as

comunidades autônomas do território espanhol.

Já Sun Hae Lee Robin, da *Haute Autorité de Santé* (França) trouxe para o público do Seminário a proposta da Eunehta (Rede Européia de Avaliação de Tecnologias em Saúde), cujo objetivo é harmonizar os métodos de ATS e compartilhar estudos e pesquisas dentro da comunidade européia.

O plano de comunicação da agência de avaliação de tecnologias em saúde catalã (*Agency for Quality, Research and Assessment in Health - Barcelona, Espanha*) foi apresentada por Oriol de Soïa-Morales. A agência está reavaliando os seus produtos, por meio de um diagnóstico participativo com o público-alvo. A intenção é identificar meios eficazes de comunicação com o público e fazer com que tanto profissionais e gestores da saúde, quanto a sociedade em geral compreendam a linguagem utilizada.

Harpreet Kohli apresentou a experiência da agência escocesa *Quality Improvement Scotland* e enfatizou que as evidências científicas devem ser utilizadas de fato. Um grupo-tarefa, composto no âmbito hospitalar, envolveu profissionais de saúde e pacientes na elaboração dos informes de avaliação de tecnologias em saúde.

O II Seminário de Gestão de Tecnologias em Saúde encerrou com algumas recomendações aos gestores, tais como difundir os informes de avaliação de tecnologias em saúde para o Poder Judiciário e o Ministério Público, estabelecendo um fórum de comunicação permanente, por meio de diagnóstico participativo, com o objetivo de discutir a questão da judicialização da saúde e a contribuição da ATS. Para profissionais de saúde, preparar uma base teórica, utilizando as evidências científicas e os preceitos da gestão do conhecimento para formar “instituições que aprendam”.



IV Encontro Nacional do PPSUS

O *IV Encontro Nacional do Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde (PPSUS)* contou com a participação de representantes das Fundações de Amparo à Pesquisa, das secretarias estaduais de saúde e de ciência e tecnologia, além dos ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia. Um dos expositores foi Antonio Carlos Galvão, diretor do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), que defendeu a necessidade de estratégias de desenvolvimento próprias para cada região e falou de seu estudo sobre a dimensão territorial do Plano Plurianual, que traça um olhar sobre a estratégia de desenvolvimento, dividindo o país em seis territórios.

Em seguida, Celso Pinto, do Departamento de Física da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), apresentou um panorama sobre a evolução da educação no Brasil no período de 1989 a 2006. “O Brasil colhe hoje os frutos de uma bem sucedida política pública de recursos humanos qualificados”, destacou. Houve um crescimento expressivo no número de doutores e na produção científica. Entretanto, o país não tem uma política pública de fixação desses

seus recursos humanos. O resultado é o crescimento da emigração de cientistas. Para Celso Pinto, a ciência deve ser encarada como uma ferramenta estratégica essencial para o desenvolvimento nacional.

Já Aparecida Linhares Pimenta, diretora administrativa do Conasems, assinalou a importância da inclusão dos municípios brasileiros com menos de 30 mil habitantes no PPSUS. Ela defendeu a participação das secretarias municipais na agenda de

temas relevantes, como avaliação tecnológica para organização de sistemas e serviços de saúde, planejamento e gestão.

Num outro momento, a discussão foi mais focada na operacionalização do Programa. Jerson Lima da Silva, diretor científico da Faperj, apresentou aos demais participantes, um relatório sobre os editais lançados em 2007. Depois, Margarete de Oliveira, coordenadora-adjunta de Fomento à Pesquisa em Saúde do Decit, falou sobre a importância da criação de mecanismos específicos para a superação das desigualdades regionais. Citou como exemplos os editais destinados à cada região e a definição de prioridades com a participação das partes interessadas. Ela destacou a necessidade de uma maior articulação entre as FAPs e as secretarias estaduais de saúde.

Durante o encontro, também houve espaço para discussão sobre o processo de articulação interna para divulgação e utilização do conhecimento gerado na gestão do SUS. Maria Cristina Costa de Arrochela Lobo, coordenadora-geral de Gestão do Conhecimento (Decit/SCTIE/MS), ressaltou que é preciso garantir a apropriação dos resultados das pesquisas pelos gestores da saúde no Brasil.

No encerramento do Encontro, Márcia Motta, coordenadora-geral de Fomento à Pesquisa em Saúde, concluiu que a divulgação do conhecimento científico é uma inovação que amplia o alcance das pesquisas, possibilitando incorporação de seus resultados na gestão e nos serviços de saúde.



Gilberto Ferreira, Raquel Coelho, Márcia Motta, Francisco José Marques e Margarete Oliveira.

■ II Encontro Nacional de Redes de Pesquisa e Estudos Multicêntricos em Saúde

Na abertura do *II Encontro Nacional de Redes de Pesquisa e Estudos Multicêntricos em Saúde*, o físico José Mauro Peralta (URFJ), coordenador da Rede de Pesquisa em Métodos Moleculares para Diagnóstico de Doenças Cardiovasculares, Infecciosas, Parasitárias e Neurodegenerativas (Rede Rio) lembrou que as Redes de Pesquisas e Estudos Multicêntricos têm o objetivo de estender suas ações e idéias a um universo sempre mais amplo de interlocutores: beneficiários, parceiros, financiadores, voluntários, colaboradores etc. Segundo ele, as redes são importantes por proporcionar fortalecimento da capacidade de ação, realização de projetos e ações comunitárias, troca de conhecimento e aprendizado e compartilhamento de recursos.

Ao final da palestra, fez considerações sobre os riscos que devem ser administrados, tais como prazos, envolvimento de líderes e gestores, e desequilíbrio nos benefícios recebidos pelos parceiros.

Estudo Multicêntrico Randomizado de Terapia Celular em Cardiopatias

Membros do Comitê Coordenador do Estudo Multicêntrico Randomizado de Terapia Celular em Cardiopatias (EMRTCC) se reuniram para discutir o andamento do trabalho e o planejamento das próximas atividades. O encontro contou com representantes do Instituto Nacional de Cardiologia de Laranjeiras (INC), do Hospital Pró-Cardíaco, da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Ministério da Ciência e Tecnologia, e do Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit). Consultoria internacional, decisões do Comitê de Segurança, previsão de inclusão de pacientes no estudo e participação dos centros colaboradores foram os principais temas debatidos.

O EMRTCC é um estudo nacional financiado pelo Decit, em parceria com a Finep, que envolve a participação de 1.200 pacientes, portadores de doença insquêmica crônica, cardiopatia chagásica, cardiomiopatia dilatada ou infarto agudo do miocárdio.

Rede Nacional de Pesquisa Clínica em Hospitais de Ensino

Dos 19 centros que participam da Rede Nacional de Pesquisa Clínica, 14 estiveram presentes na reunião, além de representantes da Anvisa, Ministério da Saúde, Finep, Indústria, Hospitais de Ensino e Santas Casas, totalizando 34 participantes.

A reunião contextualizou a situação atual do funcionamento da rede, destacando as atividades realizadas no ano de 2007, entre elas a construção de um portal na *web* e a formulação do seu regimento interno.

Além disso, a reunião destacou a importância da representação em órgãos públicos de fomento, do planejamento de interlocução junto ao parque industrial nacional e, principalmente, da disseminação da atuação da rede.

Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto - Elsa Brasil

Durante a reunião do Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto - Elsa Brasil, todas as instituições participantes (USP, UFRGS, UFFJ, UFMG, UFES, UFBA) discutiram a aprovação provisória dos manuais do Estudo. Iniciativa do Ministério da Saúde, por intermédio do Departamento de Ciência e Tecnologia, da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos, e do Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o Elsa Brasil tem como objetivo acompanhar o estado de saúde da população adulta, investigando o desenvolvimento de doenças crônicas, sobretudo as cardiovasculares e o diabetes.

Uma publicação lançada no *Pesquisa para Saúde: desenvolvimento e inovação* apresenta as atribuições e os objetivos de cada uma das instituições participantes do Estudo.

Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Mulher e da Criança (PNDS)

A comissão de acompanhamento e avaliação da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Mulher e da Criança (PNDS), esteve reunida no *II Encontro de Redes de Pesquisas e Estudos dos Multicêntricos em Saúde*. O cronograma da pesquisa está em dia e sua conclusão está prevista para fevereiro de 2008.

Seus resultados mostrarão um novo quadro da situação da saúde da mulher e da criança no território nacional. A partir desses indicadores, o Ministério da Saúde poderá avaliar e aprimorar as políticas públicas de saúde da mulher e da criança.

A pesquisa é financiada por meio de parceria entre o Ministério da Saúde, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e quatro instituições de ensino superior (UFMG, USP, Unicamp, UFPE) - responsáveis pela análise dos relatórios. O trabalho de campo, realizado pelo Ibope, foi concluído em março deste ano.

Rede de Pesquisa em Métodos Moleculares para Diagnóstico de Doenças Cardiovasculares, Infecciosas, Parasitárias e Neurodegenerativas

Representantes da Rede de Pesquisa em Métodos Moleculares para Diagnóstico de Doenças Cardiovasculares, Infecciosas, Parasitárias e Neurodegenerativas (Rede Rio) também reuniram-se no *II Encontro das Redes de Pesquisas e Estudos dos Multicêntricos em Saúde*.

O encontro foi concluído com a apresentação do plano de trabalho para o ano de 2008, que inclui a elaboração de propostas para a implantação de ensaios clínicos para a avaliação de novos testes diagnósticos em diferentes cenários clínicos do SUS e a avaliação dos impactos das metodologias de diagnósticos desenvolvidas pela Rede nos serviços de saúde pública do estado do Rio de Janeiro. Os representantes da Rede concluíram, também, o calendário de reuniões para 2008.

Formada por membros de 14 unidades hospitalares e centros de pesquisa do Rio de Janeiro, a Rede Rio tem como objetivo suprir o SUS com métodos de diagnósticos moleculares que atualmente estão disponíveis apenas na rede privada.

Programa Nacional para Qualificação, Produção e Inovação no Complexo Industrial da Saúde, com ênfase em Equipamentos e Materiais de Uso em Saúde

Adriana Diaféria, diretora do Departamento de Economia da Saúde (DES) realizou, juntamente com o coordenador de Equipamentos e Materiais de Uso em Saúde, Eduardo Jorge Valadares de Oliveira, a abertura da oficina sobre o *Programa Nacional para Qualificação, Produção e Inovação no Complexo Industrial da Saúde, com ênfase em Equipamentos e Materiais de Uso em Saúde*.

Foram temas centrais da discussão: as características do setor produtivo no Brasil; as tendências das novas tecnologias no setor saúde; processo de inovação do setor produtivo; investimentos mundiais em pesquisa e desenvolvimento; investimentos em programas de Transferência de Tecnologia etc.

O evento contou com a participação de 30 pessoas



(representantes de diversas instituições ligadas ao tema) e com a participação dos seguintes debatedores: Ângela Uller (UFRJ), Cláudio Maierovitch (Anvisa), Franco Pallamolla (ABIMO), Marcos José de Castro (Finep), Gustavo Kuster (Inmetro), Regina Maria Vinhais Gutierrez (BNDES) e Carlos Fadul (Fundação CERTI) em uma mesa-redonda.

A partir do debate a Coordenação de Equipamentos e Materiais de Uso em Saúde irá incorporar no modelo do Programa

as sugestões discutidas durante a oficina e, até janeiro de 2008, será encaminhada a proposta de composição de um Comitê Gestor para o Programa. Isto possibilitará a adequada implementação das ações e projetos que contribuirão para alavancar o setor produtivo nacional.

Vacina contra o Rotavírus

Durante a realização do evento *Pesquisa para a Saúde: desenvolvimento e inovação para o SUS*, foi assinado o Memorando de Entendimento para a Produção Nacional da Vacina contra o Rotavírus.

O protocolo de intenções foi acordado por representantes do Ministério da Saúde, Instituto Bio-Manguinhos (Fiocruz – RJ) e Instituto Butantan (SP). A iniciativa visa romper a dependência externa para aquisição desse imunobiológico.

O Brasil foi o primeiro país a incluir a vacina – que chega a custar R\$ 200 na rede privada – no calendário do Programa Nacional de Imunização do Ministério da Saúde. A ação, iniciada em março de 2006, evitou cerca de 850 óbitos de crianças menores de cinco anos.

O memorando propõe a estruturação de duas rotas tecnológicas. A primeira, por transferência de tecnologia, será desenvolvida pelo Instituto Bio-Manguinhos. A segunda rota, pelo Instituto Butantan. A partir da assinatura, o Ministério da Saúde fará o monitoramento e o acompanhamento das duas vias de desenvolvimento e produção da vacina.

Segundo Adriana Diaféria, diretora do Departamento de Economia da Saúde, a expectativa é que em dezembro de 2009 seja feita uma avaliação da rota do Instituto Butantan para identificar o estágio do desenvolvimento e a maturidade do projeto para a futura produção da vacina no Brasil.

Programa Nacional de Fomento à Produção no Complexo Industrial da Saúde

A diretora do DES, Adriana Diaféria, também abriu a oficina sobre o Programa Nacional de Fomento à Produção Pública no Complexo Industrial da Saúde, que discutiu novas diretrizes do Programa, além de estratégias para o desenvolvimento do setor no Brasil.

O palestrante Mário Salerno (USP) falou sobre Inovação e a Política Industrial, apresentando um panorama mundial, o contexto brasileiro e questões relativas aos Laboratórios Públicos.

O Programa Nacional de Fomento à Produção Pública e Inovação no Complexo Industrial da Saúde foi o tema da palestra de André Porto, Coordenador de Base Química e Biotecnológica (DES), que destacou a defasagem tecnológica e a dependência de importações.

Cerca de 50 pessoas acompanharam a reunião, que teve a participação de Akira Homma (Bio-Manguinhos), Dirceu Barbano

(diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica), Isaias Raw (Instituto Butantan), Luciano Velasco (BNDES), Marcos Oliveira (ABIFINA), Rosiceli Baetas (Fiocruz) e Victor Hugo (FURP) em uma mesa-redonda.

No debate, os temas abordados foram a necessidade de integrar as bases científicas e tecnológicas para o desenvolvimento de produtos; a diminuição da importação de medicamentos acabados; o aumento da produção de farmoquímicos; e a necessidade de uma maior agilidade na implementação das ações dentro do Ministério da Saúde.

As sugestões discutidas durante a Oficina serão incorporadas ao Programa Nacional de Fomento à Produção no Complexo Industrial da Saúde e, até janeiro de 2008, será encaminhada a proposta de composição de um Comitê Gestor.



André Porto e Adriana Diaféria

Resultados de Pesquisa

Disseminação de Informações Científicas: como fazer?



No foto acima: Luis Eugênio, Cristina Lobo e José Carvalheiro assistem as apresentações dos convidados

Representantes de diversas instituições que atuam na produção e/ou disseminação de informações científicas, veículos de comunicação especializados, de universidades brasileiras e gestores das áreas da saúde e da ciência e tecnologia, participaram do seminário *Disseminação de Informações científicas: como fazer?*, promovido no dia 22 de outubro, durante o Pré-evento do *Pesquisa para Saúde*.

Pela manhã, os convidados tiveram a oportunidade de realizar uma breve apresentação sobre as suas experiências de disseminação de informações científicas em mídias impressas, eletrônicas e digitais (TV, Rádio, Jornal, Internet, Publicações e Seminários).

À tarde, a discussão foi centrada na construção de pontes entre a academia e a gestão da saúde pública. Ernesto Báscolo, do *Instituto de la Salud Juan Lazarte* (Argentina), e Rita Barradas Barata, da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, realizaram explanações enfocadas nesse tema.

O evento teve como objetivo primordial identificar estratégias e ferramentas relacionadas à gestão do conhecimento que favoreçam a apropriação de informações científicas por profissionais e gestores da área da saúde. Entre os principais desafios para a construção dessas estratégias, mereceu destaque na fala de vários participantes a necessidade de espaços de reflexão de forma contínua.

O envolvimento dos gestores da saúde, das três esferas de governo, na avaliação dos resultados de pesquisas foi apontado como a principal maneira de viabilizar a rápida incorporação do conhecimento científico nos serviços. Apontados como público-alvo prioritário, a atuação dos gestores é fundamental para a adoção de práticas mais adequadas e a melhor utilização de equipamentos e fármacos.

A criação de canais de comunicação com divulgadores científicos e a articulação permanente entre o Conselho Nacional de Secretários da Saúde (Conass), Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) e o Ministério da Saúde, ficaram definidas como tarefas a serem cumpridas.



Participantes acompanham o debate sobre a apropriação do conhecimento científico por gestores e profissionais de saúde

Avaliação de Pesquisas

As pesquisas desenvolvidas com o financiamento dos editais de Saúde Bucal, Mortalidade Materna e Morbimortalidade Neonatal, e Alimentação e Nutrição, lançados pelo Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit) em 2004, foram avaliadas durante o evento. A coordenadora de Fomento à Pesquisa em Saúde, Márcia Motta, acredita que “as avaliações são uma fase importante para o fomento promovido pelo Decit, pois ela proporciona a apresentação dos resultados das pesquisas a especialistas e às áreas técnicas do Ministério e das Secretarias Estaduais de Saúde, que avaliam a possibilidade de incorporação desses resultados na gestão e nos serviços do SUS. Além de facilitar a divulgação dessas informações”.

No Seminário de Avaliação de Saúde Bucal, dois temas tiveram destaque: Estudos sobre causas e conseqüências de

perda dental, edentulismo, câncer e outras patologias bucais de alta prevalência; e Modelos de atenção e serviços de saúde bucal e impacto nos índices epidemiológicos.

Já na avaliação dos projetos de Mortalidade Materna e Morbimortalidade Neonatal, foram destaque a morbimortalidade em crianças infectadas com o vírus da imunodeficiência humana; as infecções hospitalares, prematuridade, anomalias congênitas; e a correlação entre a amamentação e o desenvolvimento neuropsicomotor.

Pesquisas em Alimentação e Nutrição também foram avaliadas. Segurança alimentar e nutricional, e prevenção e controle de problemas nutricionais foram alguns dos temas abordados.

A avaliação de projetos financiados por meio desses três editais foi finalizada no dia 24 de outubro.

Fitoterápicos

Apresentação e avaliação de resultados também foram realizadas durante a oficina *Avaliação de Projetos de Fitoterapia e seu apoio pela SCTIE*, coordenada pelo diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF), Dirceu Barbano. Pesquisadores de todas as regiões do país apresentaram os resultados de pesquisas financiadas pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, na temática: *Projetos com potencial para avançar nas etapas da cadeia produtiva, de forma a subsidiar a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos*. Além de representantes do DAF e do Decit, a avaliação contou com a participação dos especialistas convidados: Antônio José Lapa (Unifesp), Rui de Oliveira Macedo (UFPB) e Maria Consuelo Andrade Marques (UFPR). Os trabalhos foram selecionados por meio de editais em áreas variadas, visto que essa é uma temática que perpassa diversas temáticas no campo da saúde.



Dirceu Barbano - DAF

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Saúde: o papel do Ministério da Saúde

O segundo dia do evento *Pesquisa para Saúde: desenvolvimento e inovação para o SUS* teve início com a conferência *Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Saúde: o papel do Ministério da Saúde*, quando os participantes puderam assistir à apresentação realizada pelo secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Reinaldo Guimarães.

Após citar que, nos últimos anos, o país foi bem sucedido na área da pesquisa em saúde, Reinaldo lembrou que o mesmo não aconteceu no campo da inovação e do complexo industrial da saúde. Esse fato é evidenciado, por exemplo, ao observar uma comparação, apresentada por ele, entre a quantidade de patentes produzidas no Brasil e em outros países como Estados Unidos, China, Índia e Itália. O secretário destacou, no entanto, que também vem acontecendo uma importante reflexão na política brasileira de ciência, tecnologia e inovação em saúde e citou como exemplos: a criação dos Fundos Setoriais; a Lei de Inovação; a Lei do Bem; a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior; o Programa de Subsídios Econômicos, da Finep; o Fundect; o Pró-farma, do BNDES e o Pró-farma II; e a regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Em sua apresentação, o secretário destacou que há basicamente dois modelos de fomento. Um deles, predominante nos países desenvolvidos, é realizado em bases verticais, sob a coordenação de órgãos governamentais. Esse modelo, segundo Reinaldo, apresenta maior inclinação ao desenvolvimento tecnológico e à inovação e conta com algumas vantagens, como a facilidade de aproximar as prioridades de pesquisa e a política setorial e de alocar mais recursos. Já o outro modelo, com bases horizontais, que acontece nos países em desenvolvimento, é, segundo explicou o palestrante, muito importante para promover o fomento à pesquisa.

“A criação da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE) do Ministério da Saúde, no ano de 2003, é um marco muito significativo, que representou uma conquista alcançada após muita luta”, afirmou o secretário, lembrando que a 1ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia foi realizada em 1994. Depois de apresentar algumas das atividades da SCTIE, Reinaldo Guimarães apresentou os principais desafios da

Secretaria para o período entre 2007 e 2010 nas áreas de ciência, tecnologia e inovação em saúde. Foram eles: a pesquisa clínica e a avaliação de tecnologias em saúde; a gestão do conhecimento; o reforço do pacto federativo para o PPSUS; o fortalecimento da cooperação com o Ministério da Ciência e Tecnologia e o estabelecimento de uma nova parceria com o Ministério da Educação/Capes; ações em direção ao setor produtivo público e outras em direção ao setor privado de farmacocômicos, medicamentos, equipamentos e hemoderivados; e a utilização do poder de compra do Ministério da Saúde como ferramenta de estímulo à inovação e ao fortalecimento do SUS.

Logo após a apresentação, três expressivos nomes na área do desenvolvimento tecnológico e da inovação tiveram a oportunidade de debater o tema. O primeiro, **Ciro Mortella**, presidente da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Febrafarma), destacou a importância da boa relação entre a indústria e o Ministério da Saúde. Em seguida, fez um resumo de uma avaliação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior. “Ninguém da indústria tem dúvida de que o caminho a seguir é o da ciência, tecnologia e inovação”, finalizou.

O vice-presidente de produção e inovação em saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), **Carlos Gadelha**, foi o segundo a debater o tema. Ele destacou a necessidade de retomar as idéias que motivaram toda a discussão realizada durante o evento. “Não haverá um SUS forte, se não houver um complexo industrial da saúde igualmente forte”, explicou. E continuou: “é preciso esclarecer que o tema que estamos debatendo aqui é um tema referente à equidade e ao SUS”. Gadelha acredita que o elo entre a indústria e o serviço é fundamental para não se perder de vista os objetivos da Reforma Sanitária. “Nós estamos atualizando esses objetivos”, explicou.

Pedro Lins Palmeira Filho, chefe do Departamento de Produtos Farmacêuticos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), também participou do debate. Ele enfocou, durante a sua fala, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Farmacêutica (Pró-farma), lembrando que este é, atualmente, um dos dois programas de maior sucesso do BNDES, cujo objetivo principal é modernizar a capacidade produtiva instalada no país.



Ciro Mortella, Carlos Gadelha, Reinaldo Guimarães e Márcia Bassit

Comissão Intersetorial de Ciência e Tecnologia

A Comissão Intersetorial de Ciência e Tecnologia do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (CICT) reuniu-se no dia 23 de outubro para discutir pontos importantes da pauta de Ciência e Tecnologia, tais como o desenvolvimento da capacidade de pesquisa nos estados, orientado pelas necessidades regionais, a criação de redes de pesquisa, a estruturação de setores de avaliação e incorporação de tecnologias, a implementação de processos de incentivo à inovação e o aperfeiçoamento da Política Nacional de Assistência Farmacêutica.

Como produto da reunião, foi elaborado um documento que será apresentado pela CICT durante a 13ª Conferência Nacional de Saúde.

Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde: a atuação do Ministério da Saúde

A mesa-redonda *Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde: a atuação do Ministério da Saúde* detalhou para o público presente as ações realizadas e as políticas propostas pelos três departamentos da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE). Sob coordenação do secretário Reinaldo Guimarães, a mesa contou com a participação dos três diretores: Suzanne Serruya, do Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit); Adriana Diaféria, do Departamento de Economia da Saúde (DES), e Dirceu Barbano, do Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF).

A diretora do Decit deu início à explanação ressaltando os dois marcos fundamentais na formação e na atuação do Decit: a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS) e a Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (ANPPS). Suzanne ressaltou, também, os desafios do Departamento, em especial os que se referem à superação das desigualdades regionais, tomando como exemplo a diferença dos números de pesquisas e projetos apoiados entre as unidades da federação. “Superar desigualdades regionais é uma das estratégias da PNCTIS e constitui um grande desafio”, afirmou.

Por fim, a diretora lembrou de ações fundamentais que fazem parte das responsabilidades do Decit, como o PPSUS, que elabora editais de acordo com agendas locais de cada uma das 27 unidades da federação; o resultado da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Mulher e da Criança (PNDS) e das Redes de Pesquisa e Estudos Multicêntricos; a necessidade de formação da Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde (Rebrats), e o esforço relacionado à gestão do conhecimento e à disseminação de informações científicas.

Em seguida, Adriana Diaféria apresentou as novas diretrizes do Departamento de Economia da Saúde (DES), que está em processo de reorganização. O DES atuará na área do complexo industrial da saúde, com o objetivo de diminuir a dependência externa e, conseqüentemente, a vulnerabilidade do SUS. Segundo ela, trata-se de um tema central para a concepção de políticas industriais e tecnológicas, permitindo um vínculo direto com a política social. “Sem um complexo industrial forte, põe-se em risco os programas do SUS, uma vez que é

criada uma ampla dependência de produtos importados, como medicamentos e equipamentos médicos”, afirmou.

Adriana alertou para a importância da inserção do Brasil numa rota diferenciada de mercado pois, do contrário, o país não acompanhará as dinâmicas da globalização. “O Brasil tem ainda dificuldade para entrar no mercado de alta tecnologia e sofre pressão no mercado de baixa tecnologia em decorrência da queda dos preços de países como Índia e China, que utilizam mão-de-obra barata”.

Já o diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF), Dirceu Barbano, deu início à sua exposição afirmando que a Política Nacional de Assistência Farmacêutica é tão importante para o desenvolvimento de políticas de saúde quanto para o desenvolvimento da política industrial. “A assistência farmacêutica é relevante para a formulação de políticas setoriais, incluindo políticas de medicamentos, de ciência e tecnologia, de desenvolvimento industrial e de formação de recursos humanos”.

Dentro das ações do DAF, Dirceu destacou a ampliação e qualificação do acesso aos medicamentos, a racionalização e ampliação do financiamento da Assistência Farmacêutica Pública, a indução ao desenvolvimento tecnológico na área de fármacos e medicamentos, o incentivo à produção pública de medicamentos, a regulação e monitoração do mercado de medicamentos e a qualificação técnica da assistência farmacêutica.

Do ponto de vista da assistência estratégica, o diretor do DAF mostrou o tratamento de alguns agravos e a complexidade desses tratamentos. “Essas ações exigem muito cuidado com os recursos públicos, pois envolvem um elenco de produtos bastante diversificado” explicou. Barbano ilustrou essa questão com o exemplo do coquetel anti-retroviral, cujos 18 medicamentos já chegam a ser distribuídos para 180 mil pacientes.

Como desafios para o DAF, ele apontou a promoção da saúde e atuação na prevenção das doenças, a garantia do acesso ao diagnóstico, o desenvolvimento de políticas que garantam financiamento para a saúde, a ampliação do acesso aos medicamentos, a diminuição de dependência tecnológica e recursos para prover o Estado de instrumentos para regulação do uso de tecnologias.

Proposta para a Nova Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde

Em mesa coordenada pelo professor Moisés Goldbaum (USP), Rita Barradas Barata, da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, apresentou um balanço do processo de quatro anos que resultará numa proposta para uma nova Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (ANPPS). Rita Barata explicou a metodologia utilizada para a revisão da Agenda, composta por análise das agendas atuais, avaliação do fomento realizado, além da proposta de criação de grupo de trabalho para elaboração da nova agenda.

A construção da Agenda teve início em 2003, com a participação de diversos atores como: órgãos gestores, conselhos de saúde, comissões intergestores, pesquisadores, trabalhadores do Sistema Único de Saúde e demais representantes da sociedade civil. O conteúdo passou por uma consulta pública e foi apresentado em 2004, durante a 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde. “O processo de construção da Agenda tem sido o mais participativo e democrático possível”, afirmou Rita Barata.

Nesta nova etapa, a Agenda será reformulada em uma série de encontros a serem definidos. “A revisão é resultado de uma longa e exaustiva discussão e visa o aprimoramento da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa. Vamos retirar as redundâncias e focar mais nos pontos principais, mas sempre nos orientando por meio de consulta sistemática a todos os envolvidos”, finaliza Rita Barata.

A professora apresentou alguns dados sobre a implementação da ANPPS, no período de 2004-2006, tais como: 90% das agendas temáticas foram executadas pelos Institutos de Ensino Superior – IES; das 24 subagendas, seis apresentaram projetos com valores acima de R\$ 1 milhão, destacando-se o complexo produtivo de saúde, a pesquisa clínica e as doenças crônicas. Além destas informações, a revisão identificou as subagendas que tiveram todos os seus itens contemplados em pesquisa e aquelas que tiveram menos de 50% dos seus itens apoiados.

Gestão do Conhecimento em Ciência e Tecnologia em Saúde

O painel Gestão do Conhecimento em Ciência e Tecnologia em Saúde, foi apresentado na quarta-feira, dia 24, por Maria Cristina Costa Lobo, coordenadora da Gestão do Conhecimento do Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit).

“As 2.300 pesquisas financiadas pelo Decit desde 2003 promoveram um acúmulo de conhecimento e informações, que deve ser utilizado para o aperfeiçoamento”, afirmou Cristina.

Promover a utilização do conhecimento científico em todos os níveis de gestão do SUS é o objetivo-geral da gestão do conhecimento. “O público-alvo prioritário são gestores, gerentes e profissionais de saúde envolvidos”, destacou.

Cristina explicou que é preciso sistematizar, categorizar e armazenar o conhecimento, antes de validar e produzir as evidências científicas. Também é preciso favorecer a interlocução entre gestores e pesquisadores. A dificuldade em traduzir resultados de pesquisa em prática foi um dos pontos levantados. Existem ainda obstáculos para a expansão do acesso a informações e uma estrutura burocrática centralizadora e resistente à inovação.

Foram estabelecidas estratégias tanto para gestores como para pesquisadores. No primeiro caso, participação de gestores do SUS no processo de produção do conhecimento – da definição das prioridades de pesquisas à avaliação e divulgação dos resultados; articulação permanente entre o Ministério da Saúde, e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de

Saúde (Conasems); adesão das áreas técnicas do Ministério ao processo de institucionalização de disseminação e utilização de evidências científicas; e estímulo a abordagens claras e explícitas dos problemas pelos gestores.

Já as estratégias para pesquisadores incluem incentivo a sistemas de avaliação acadêmica que valorizem a relevância das pesquisas para o SUS, e incentivo à criação de redes temáticas de pesquisa.

O painalista Armando Raggio (Conass) definiu a gestão de conhecimentos como “ferramenta gerencial que identifica, administra e explora o conhecimento criado na organização ou adquirido durante o trabalho”. Para ele, a gestão do conhecimento “difunde as melhores práticas e facilita a geração de novos conhecimentos”.

Raggio abordou o risco de alienação que o acúmulo de informações pode provocar. “Conhecimento que não se transmite, não se realiza. Conhecimento economizado é conhecimento perdido”, concluiu.

Por fim, Jorge Otávio Barreto (Conasems), que é secretário municipal de Piripiri (PI), defendeu a socialização do conhecimento concentrado principalmente na região Sul e Sudeste. “É preciso acabar com o abismo entre o saber o fazer. Para o Nordeste, por exemplo, são grandes as dificuldades que temos em absorver as informações geradas por pesquisas desenvolvidas em outras regiões”, afirmou.

Segundo Barreto, as pesquisas são fundamentais para aprimorar o sistema público de saúde e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico do país. “Devemos trabalhar para encontrar soluções mais baratas, simples e eficazes”, acrescentou.

Incorporação de Novos Produtos no Mercado Público

A incorporação de novos produtos no mercado público foi o assunto tratado no último painel realizado *Pesquisa para Saúde*. Participaram José Carvalho de Noronha, da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS), Odnir Finotti, do Pró-Genéricos, e Armando Raggio, do Conselho Nacional das Secretarias Estaduais de Saúde (Conass).

O painel girou em torno da adoção de novas tecnologias e medicamentos pelo sistema brasileiro de saúde. Para Reinaldo Guimarães, secretário de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos, que coordenou o painel, essa é uma questão mundial, tanto na esfera pública quanto na privada. “O SUS tradicionalmente tem uma cultura de pouca regulamentação junto ao tema. As tecnologias são sempre aditivas na saúde e possuem um ciclo extremamente curto, em menos de dez anos estão defasadas”, afirmou.

José Carvalho de Noronha centrou a discussão no papel do Estado e nos dilemas enfrentados pelo sistema de saúde no processo de incorporação de novos produtos. Segundo ele, é necessário transitar o individual para o coletivo. “A oferta de cuidados consistentes devem ser garantidos e pagos pela sociedade como um todo”, disse.

Sobre a incorporação de novos produtos, Noronha explicou que a demanda de recursos é sempre crescente na saúde e a capacidade limitada do gasto em oposição à oferta de serviços de saúde induz o estabelecimento de processos formais de tecnologias de saúde. “Neste sentido, o Ministério da Saúde vem apresentando políticas eficazes, como a criação da Anvisa e, mais recentemente, a Comissão de Incorporação de Tecnologias da Saúde”, lembrou.

A política de medicamentos genéricos foi abordada por Odnir Finotti (Pró-genéricos). Para ele, o genérico tem aumentado o acesso da população aos remédios e permitido a estagnação dos gastos do Estado com medicamentos. Finotti elogiou o papel do SUS no atual cenário da saúde pública brasileira. “Trata-se de um sistema fenomenal, em especial pela sua impressionante base de dados. Mas, infelizmente, nem o SUS e nem a indústria farmacêutica aparecem na imprensa de maneira positiva”, lamentou.

Já Armando Raggio, do Conass, ressaltou que mesmo em países desenvolvidos a expansão do PIB não comporta a expansão da demanda da saúde. “A saúde é um direito e, ao mesmo tempo, uma mercadoria” enfatizou. Raggio falou ainda da necessidade do Estado regular e ditar as regras na área de saúde. “O Estado não é apenas um provedor, mas também um protetor”, afirmou.

Reinaldo Guimarães encerrou o painel lembrando a complexidade do assunto e a importância de sua discussão. “Essa pauta é um poliedro de muitas faces e algumas foram apontadas hoje de forma precisa”. Ele enfatizou, ainda, o papel do Ministério da Saúde na incorporação tecnológica “Essa prerrogativa é exclusiva do gestor público de saúde”, concluiu.

Expediente:

MINISTRO DA SAÚDE
José Gomes Temporão

SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS
Reinaldo Guimarães

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Suzanne Serruya

COORDENADORA DE GESTÃO DO CONHECIMENTO
Maria Cristina de Arrochela Lobo

JORNALISTAS RESPONSÁVEIS
Renata Maia - RP 3529/PE
Ivy Fermon - RP 6837/DF
Ulisses de Freitas - DRT 3106/94
Sérgio Bazi - DRT 3425/78

DESIGNER/DIAGRAMAÇÃO
Emerson eCello e Renata Guimarães

CONTATO: (61) 3315.3298 ou 3466
decit@saude.gov.br

Ministério da Saúde

